

As (des) conhecidas representações escatológicas do acervo do cemitério Santo Antônio em Campo Maior – Piauí

Jéssica Gadelha Morais¹
Maria do Amparo Alves de Carvalho²

Resumo: No contexto da investigação arqueológica, o cemitério é entendido como um sítio arqueológico histórico, a sepultura e o sepultamento são vistos como artefatos e os elementos que os adornam (velas, fotografias, alegorias, flores naturais, flores artificiais, desenhos e gravuras, vasos, epitáfios, ex-votos) são avaliados como enxoval funerário, complemento do artefato e consequentemente do corpo que ali jaz. O presente artigo se detém a investigar e apresentar as representações escatológicas identificadas no acervo do cemitério Santo Antônio, seus significados, em que período elas aparecem e a quem elas se reportam. Para identificá-las se utilizou como metodologia a pesquisa de campo, e a pesquisa bibliográfica que aborda sobre a morte e a representação da morte, além de sites especializados em simbologias cemiteriais. São denominados de representação escatológica os elementos que remetem a passagem do tempo, do esvair-se da vida entre os quais se pode citar como exemplo às túbias, ampulhetas aladas, plantas narcóticas, cobras engolindo o próprio rabo (ouroboros), archotes voltados para baixo e foices.

Palavras-chave: Cemitério. Arqueologia histórica. Representações escatológicas. Campo Maior.

Abstract: In the context of archaeological investigation, the cemetery is understood as an historical archaeological site, burial and burial practice are seen as artifacts, and the elements that adorn them (candles, photographs, allegories, natural flowers, artificial flowers, drawings and engravings, vases, epitaphs, vows) are evaluated as funeral trousseau, complement of the artifact, and, consequently, the bodies, which are lying there. The present article focuses on presenting the eschatological representations identified in the collection of the Santo Antônio cemetery, their meanings, their chronological times, and to whom they are reported. To identify them, the field research was used as methodology, and the bibliographical research that deals with death and the representation of death as well as specialized sites in cemeterial symbologies were used as sources of complement for the accomplishment of the research. The elements that refer to the passage of time and the weakening of life are called as eschatological representations, in which the tibias, winged hourglasses, narcotic plants, snakes swallowing their own tail, torches facing down and scythes can be cited as examples.

Keywords: Cemetery. Archeology historical. Eschatological. Representations. Campo Maior.

Known and unknown eschatological representations of Santo Antônio Cemetery collection in Campo Maior – Piauí

¹ Mestra em Arqueologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Licenciada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: moraisjg07@gmail.com

² Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. E-mail: maamparoacarvalho@hotmail.com

Introdução: sobre a particularidade da implantação dos cemitérios

O cemitério tal como é conhecido hoje: territorialmente delimitado por muros; com normatização de tamanho e profundidade de sepulturas; horário de entrada e saída definido é resultado de um processo histórico, de uma mudança territorial da morte. Esse território, por muito tempo no ocidente cristão, foi em igrejas. Segundo Philippe Ariès a aproximação dos vivos e mortos aparece nitidamente no século V d.C “com a penetração dos cemitérios nas cidades ou vilas, no meio das habitações dos homens” (ARIÈS, 2000, pág.41). Dessa forma entre a Idade Média e meados do século XVIII predominou uma relação de proximidade entre vivos e mortos uma vez que foi a partir do século V, período que marca cronologicamente o início da Idade Média, que os mortos passaram a ser enterrados nas igrejas e cemitérios integrados³ à comunidade, fundamentados na crença de que era necessário ter uma boa morte.

O caráter essencial da boa morte consistia em dar tempo para o aviso. O moribundo pressentia o seu fim próximo e com isso tomava as suas disposições como mandar preparar sua própria pompa fúnebre, dizer previamente as missas para o repouso de sua alma, pedir perdão aos companheiros, reunir os filhos em redor de seu leito para as últimas recomendações, o último adeus. A propósito, uma das características da boa morte é que não se queria morrer sozinho, “morria-se sempre em público” (ARIÈS, 2000, pág.29). Além desses aspectos, o moribundo procurava indicar o local da sepultura do corpo, que em geral era a igreja ou em suas mediações. Nesse contexto, atenção especial era dada ao altar mor, pois as pessoas acreditavam que a aproximação com o mesmo ajudaria na proteção do defunto contra o inferno. A igreja como local da sepultura do corpo inicialmente ficou conhecida como enterramentos *ad sanctos* (junto aos santos), ou seja, “perto do túmulo dos mártires” (ARIÈS, 2000, pág.45) e posteriormente como *apud ecclesiam*(na igreja). Portanto, já não era a relíquia de determinado santo que se procurava então, era a própria igreja, por ser o local de celebração da missa, e o lugar mais apreciado era o altar, a mesa do sacrifício eucarístico.

Com o advento da racionalidade do século XVIII que surgia na Europa sob o rastro do iluminismo as explicações já não tinham mais origem no divino e sim na razão científica que passa a produzir os regimes de verdade, dando credibilidade ao discurso que circulava a

³ Referem-se às sepulturas de adro que se encontravam normalmente espalhadas nos espaços laterais das igrejas, em alguns casos encerradas por muros a fim de evitar a profanação desse espaço sagrado. Mas em outros casos, elas podem manter uma contiguidade visual entre os túmulos sagrados e a vida profana das urbes, pela ausência de delimitação por muros ou cercas circundando o cemitério do adro. Geralmente, os defuntos enterrados nesse local eram escravos e pessoas livres pobres. As campas eram sepulturas que se localizavam no interior das igrejas, consideradas superiores ao adro.

época. Nesse momento, a ciência ganha espaço na vida cotidiana e com grau de aceitação distinto entre as regiões e os setores da população, seja europeia ou brasileira. Os higienistas passam a ter voz, e para eles figuravam como espaços insalubres os hospitais, hospícios, prisões e cemitérios.

Os higienistas diziam que os vivos de fato deveriam temer os mortos, mas não o regresso de seus espíritos para os atormentarem e sim os malefícios que aquela forma de sepultar provocava à saúde, com base na teoria dos miasmas⁴. Por questões de práticas higienísticas, sanitaristas e urbanistas, os enterros nas igrejas passaram a ser proibidos e foram criadas recomendações para a criação de cemitérios ordenados e extramuros, ou seja, fora do perímetro da cidade. Entre tais recomendações estavam uma nova localização (afastado da cidade e onde o ar circulasse), sua organização interna (profundidade e espaçamento das sepulturas e a existência de capela mortuária), a observação da altitude do terreno, a composição do solo e a vegetação. Na França, têm-se notícias para a criação de cemitérios fora das cidades desde 1743; Em Portugal, em 1801, o príncipe regente, D. João VI, proibiu os sepultamentos em igrejas, inclusive em suas colônias, como a América portuguesa, embora não tenha conseguido efeito imediato.

No Brasil, em algumas localidades do país, a implantação de cemitérios fora do perímetro urbano e devidamente murados só ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, a exemplo do Rio de Janeiro. Nessa cidade o local da sepultura foi apenas um dos aspectos das tradições fúnebres considerado inadequado, pois os ritos funerários que acompanhavam o morto – como os dobres dos sinos, o aparato processional do viático, os enterros com grande pompa e a encomendação do corpo feito na igreja – também foram considerados inapropriados pelo discurso da época. “Segundo o dr. Feital, os dobre dos sinos, o aparato processional do viático e os enterros com grande pompa eram causas que induziam o doente a pensar na moléstia e na morte, não devendo por isso, ser permitidos”(RODRIGUES, 1997, pág.60).

É válido mencionar que os enterros fora das igrejas, antes mesmo de 1850, já eram uma realidade para os escravos e homens livres pobres que não fosse membro de alguma irmandade⁵ e/ou não pudesse pagar por uma cova, além dos indigentes, não católicos e os que

⁴ Diz-se que a decomposição dos cadáveres produzia gases ou eflúvios pestilenciais que atacavam a saúde dos vivos.

⁵ De acordo com Reis (1991, p.51) as irmandades são “associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas na hierarquia social”. Elas existiam em Portugal desde o século XIII e disseminaram-se por outros países, chegando ao Brasil a partir do século XVI com os primeiros colonizadores.

receberam punição de morte. Nesse contexto pode ser citado o cemitério dos ingleses e dos pretos novos, ambos no Rio de Janeiro, destinados respectivamente aos protestantes e aos escravos, e o Campo da Pólvora, na Bahia, local em que eram enterrados os escravos. Apesar dos cemitérios citados serem do tipo convencional⁶, os mesmos não apresentavam padrões de lotes, e no que se refere ao cemitério dos ingleses acrescentam-se ainda a característica de serem bucólicos e arborizados. Portanto, não continham a normatização recomendada pelos higienistas e sanitaristas.

Talvez por conta dessa relação do local da sepultura com os tipos de sujeitos que a recomendação de enterrar os mortos fora da igreja foi vista como uma vergonha e motivo de resistência da população, como a ocorrida na Bahia, em 1836, em um episódio conhecido como cemiterada (REIS, 1991). A aceitação do novo local da sepultura só ocorreu quando a parcela burguesa da sociedade, seja carioca ou baiana, visualizou o quanto o novo espaço permitia a espetacularização eterna desejada, uma vez que o cemitério extramuro possibilitava a diversificação dos elementos fúnebres (NOGUEIRA, 2013).

Também deve ser dito que em outras localidades, onde os sepultamentos em igrejas e cemitérios integrados inexistiram, os cemitérios podem ter sido a regra geral para sepultar desde sempre, como afirma Jaqueline Sousa (2011) sobre os sepultamentos realizados no interior do Piauí. A autora que estudou como a população de Cocal (PI) e seus arredores lidam com a morte, como tratam seus mortos e o lugar que esses ocupam, constatou que nessa parte do território brasileiro os sepultamentos nas igrejas parecem não ter sido uma prática comum. O rito da morte se encerra no cemitério, lugar que ela diz ter origem desconhecida, ser um mistério.

No entanto existem autores que discordam do pensamento de Jaqueline Sousa (2011) quanto à origem do lugar dos mortos. Entre esses autores estão Olavo Pereira Silva Filho (2007) e Shirlene Matos (2009). Para Silva Filho (2007) os cemitérios antecedem ao surgimento das cidades, sendo comuns os sepultamentos nas estradas, nos cemitérios particulares e próximo à residência do morto. “Antes das primeiras taperas fixadas pelos sertanistas e curraleiros nos campos e tabuleiros do Piauí, possivelmente uma ou outra sepultura tenha antecedido às prefixações dos vaqueiros” (SILVA FILHO, 2007, pág.23). Quanto à pesquisa de Shirlene Matos (2009) embora objetive o estudo da estrutura do túmulo, também aborda as práticas mortuárias na cidade de São Raimundo Nonato e nela a autora

⁶ Geralmente esse tipo de cemitério possibilita a edificação de jazigos sobre as sepulturas encomendadas pelos familiares e estão dispostos em quadras e lotes. Outras características a ele atribuídas é a presença de muro delimitando o terreno e de um cruzeiro central.

reforça a afirmação de Silva Filho ao comentar que, no sertão do Nordeste do Brasil, as práticas mortuárias tenham características próprias. Conforme a autora os sepultamentos em igreja foi prática restrita às elites locais. Quanto às pessoas que não pertenciam a um segmento de prestígio político e socioeconômico as alternativas para sepultar seus mortos, além das já citadas por Silva Filho eram o quintal ou pátio da casa ou ainda à margem dos caminhos de muitas estradas.

Portanto, nas cidades piauienses, a regra parece ter sido desde cedo o cemitério. Em Campo Maior, a data gravada na lápide mais antiga encontrada no cemitério Santo Antônio é de 1804 o que permite levantar duas possibilidades: a primeira é de um translado; a segunda é de que já desde o início do século XIX esse espaço mortuário estava incrustado na paisagem da cidade. Caso seja comprovada a segunda possibilidade levantada será possível lhe atribuir uma singularidade de implantação quando comparada a outras localidades do país.

Cemitério (da Irmandade de) Santo Antônio

O cemitério Santo Antônio está localizado à Rua Padre Benedito Portela S/N, no município de Campo Maior- Piauí a 86 km da capital Teresina. Por se constituir em importante acervo histórico, arquitetônico e arqueológico o referido cemitério foi mencionado no Inventário do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), realizado em 2008, que consistiu no levantamento do patrimônio histórico da cidade. Nessa sistematização consta uma breve descrição de sua localização, área do terreno, materiais empregados e a data aproximada de sua construção. De acordo com o inventário essa data remete ao final do século XIX, embora não mencione o que dá suporte a informação. Em contrapartida, com base no preenchimento das fichas de registro tumular realizado durante as pesquisas de campo constatou-se que o referido sepulcrário pode ter uma data recuada para o início do século XIX, assim como também pode ser um indício de translado. Dessa forma, a implantação do cemitério investigado necessita de outras fontes documentais escritas para melhor compreensão desse aspecto.

As pesquisas até agora permite dizer que o encerramento de enterros nessa necrópole está ligado com a questão da saúde pública. Inicialmente o cemitério ficava distante do perímetro urbano, mas com o crescimento da cidade ele passou a fazer parte da urbe e a ter proximidade com as residências. Tal proximidade levou os vereadores a proporem seu fechamento e a construção de um novo espaço mortuário (Projeto lei de nº 50).

A área onde o cemitério Santo Antônio está situado não possui nenhuma placa de identificação, cemitério da Irmandade Santo Antônio ou simplesmente Santo Antônio é como aparece referenciado nas fontes consultadas, entre as quais estão os Livros de Tombo da Freguesia de Campo Maior nº1 e 2 e os Livros de óbito⁷. A população local também o denomina cemitério velho em virtude de o mesmo estar fechado para sepultamentos desde a segunda metade do século XX, mais precisamente em 1978⁸. Celson Chaves (2013) aponta ainda a designação de cemitério São Vicente de Paulo, que ele acredita ser sustentado por alguma lei municipal, embora não cite o número da lei e seu conteúdo. Depois de realizada a consulta e análise das fontes eclesiástica se acredita que o nome São Vicente de Paulo possa ter tido inspiração numa associação religiosa de mesmo nome existente na Igreja Matriz. Trata-se da associação conhecida como Conferência de S. Vicente de Paulo, criada no ano de 1906, da qual passaram a fazer parte cidadãos respeitáveis dessa localidade (Livro de Tombo da Freguesia de Campo Maior nº 1, 1883). Voltava-se para obras de caridade e piedade e, tempos depois, suspendeu suas sessões levando os visitantes de 1916 a clamarem por sua reinstalação da seguinte forma:

Avaliando as extraordinárias benções que esta Instituição Santa traz para as paróquias, depois de havemos falado para sua reinstalação, com o Revmo [...] vigário da paróquia e os mais rentáveis homens do lugar, repetimos aqui nosso apello e as nossas instancias para que elles, visíveis [...] sem demora satisfaçam este nosso ardente desejo que tende ao maior brilho da fé(Livro de Tombo da Freguesia de Campo Maior nº 1, 1883).

O pedido parece ter sido atendido, uma vez que na visita de 1921 os visitantes apontam ter sido sucessivamente visitados pelo Apostolado da Oração, pelos Vicentinos, pelas filhas de Maria, pelo comércio, pela mocidade, pelas senhoras da cidade, pelas cearenses aqui domiciliadas e pelas crianças. Em 1965, o nome São Vicente de Paulo também foi usado para nomear um hospital da cidade⁹.

Entre tantas possibilidades de denominação optou-se por aquela que as fontes documentais mencionam, ora aparece como cemitério Santo Antônio ora como cemitério da Irmandade de Santo Antônio. Ou seja, em nenhum momento o cemitério é evocado como São Vicente de Paulo como sugere Celson Chaves(2013) ainda que a documentação escrita sugira

⁷ Livro de óbito dos filhos da mulher escrava da Freguesia de Campo Maior (1873 a 1883).Livro de óbito da Freguesia de Campo Maior nº 03 (1887-1898).

⁸ Com base na data do sepultamento mais recente presente na lápide.

⁹ Lei nº650, de 27 de outubro de 1965.

uma possível relação entre a associação religiosa com o nome do sepulcrário. Nesse aspecto encontrar a lei referida pelo autor será de crucial importância para atestar a relação ou não da associação religiosa com a designação da necrópole.

A multiplicidade de nomes para evocar o cemitério já é um indício das múltiplas histórias que pode estar contidas no seu acervo mortuário, em seus artefatos e estruturas, respectivamente definidos por Charles Orser Junior(1992) como “itens feitos ou modificados como resultado da ação humana” (ORSER JUNIOR,1992,pág.31) e “qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida do sítio, mas que fornece informações abundantes sobre as atividades desenvolvidas no sitio”(ORSER JUNIOR,1992,pág.33). No contexto da investigação arqueológica, o cemitério é entendido como um sítio arqueológico histórico, a sepultura e o sepultamento são vistos como artefatos e os elementos que os adornam (velas, fotografias, alegorias, flores naturais, flores artificiais, desenhos e gravuras, vasos, epitáfios, ex-votos) são avaliados como enxoval funerário, complemento do artefato e consequentemente do corpo que ali jaz. O presente artigo se detém a apresentar as representações escatológicas identificadas no acervo do cemitério Santo Antônio, seus significados, em que período elas aparecem e a quem elas se reportam. Para identificar as representações referidas se utilizou como metodologia a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica que aborda sobre a morte e a representação da morte, além de sites especializados em simbologias cemiteriais.

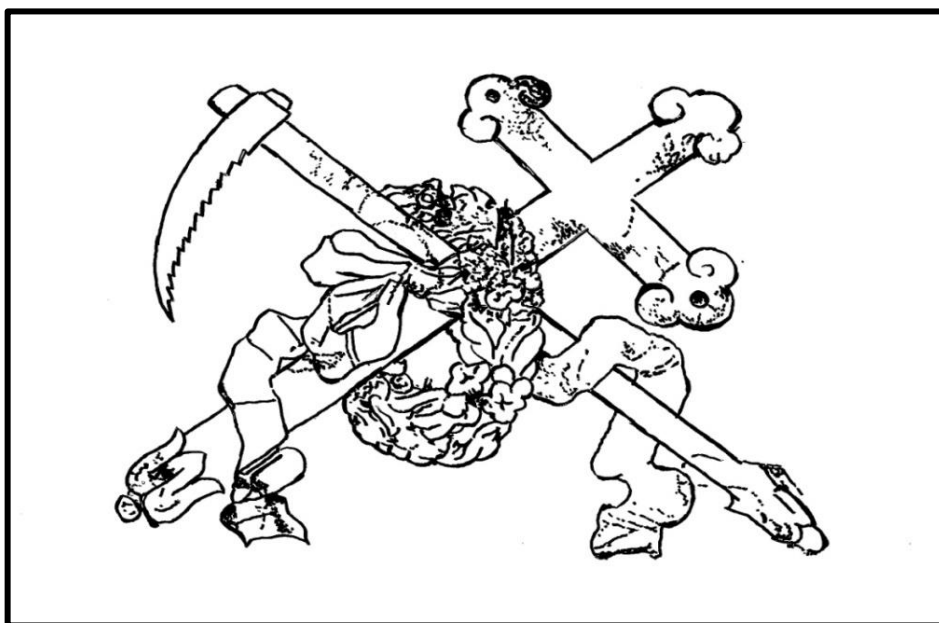
As representações escatológicas encontradas no acervo do cemitério Santo Antônio

Depois de realizado um levantamento sistemático dos elementos fúnebres do cemitério Santo Antônio constatou-se que integra o seu acervo mortuário um total de 870 sepulturas e um número de 1.040 sepultados, uma vez que existem sepulturas com mais de um enterramento. Das 870 sepulturas somente 4 apresentam as representações que se investiga, sendo elas: uma cruz com foice em baixo relevo e em volta de ambas uma coroa de flores do ano de 1879; archotes entrecruzados voltados para baixo datado de 1899; ampulheta alada, papoulas e archote(em 2 unidades) voltado para baixo de 1911; e archote voltado para baixo sendo segurado por uma figura humana de 1926. Para o melhor entendimento dos seus significados foram considerados os aspectos gráficos¹⁰.

¹⁰ Incrições encontradas tanto nas lápides quanto horizontalmente sobre a edificação erguida.

As representações escatológicas remetem sobre os fins últimos do homem. Uma dessas representações encontra-se na lápide de D. Ana A. Furtado de Mendonça localizada na parte posterior do cemitério (lado esquerdo), do ano de 1879. A inscrição tumular apresenta o nome do esposo, o rito de morte e uma súplica de oração especificada (um pai nosso e uma ave Maria):“Aqui jaz D. Anna A. Furtado de Mendonça espoza do capitão Antonio Jose da Costa falleceu no dia 30 de junho de 1879 com 35 annos de idade pede-se um padre nosso e uma ave Maria pelo amor de Deus”¹¹. A iconografia¹² presente na lápide é bastante singular, trata-se de uma cruz com uma foice, e em volta de ambas uma coroa de flores arrematada com um laço de fita, como pode ser visualizada na figura 1.

Figura 1: Cruz perpassada por foice



Fonte: Ilustração de Mauro Rodrigues (2015).

De acordo com Eduardo Paiva (2002) na Idade Média a morte comumente era representada por uma caveira e um de seus atributos era a foice, com a qual ela ceifava a vida, e o cavalo sobre o qual ela vinha a galope. Quanto às coroas de flores para Maria Elizia Borges (2002) são indicativas de uma alegria divina, e comumente são empregadas para representar a vitória da alma humana sobre o pecado e a morte. Elas podem ser compostas de variadas flores como rosas, lírios, margaridas e azevinhas, geralmente arrematadas por um laço de fita.

¹¹ Lápide 416,1879.

¹² Desenhos, gravuras, signos e etc.

Para Mateus Dalmáz(2008) as coroas de flores podem ter dois significados, o de salvação alcançada, representando assim a vitória sobre as trevas e o pecado, e também o sentido de saudade, por isso é utilizada com recorrência nos funerais. No caso da lápide de D. Ana, acredita-se que elas desempenham o simbolismo da saudade, pois se a vitória sobre as trevas e o pecado tivesse assegurada seria desnecessária a súplica de oração “pede-se um padre nosso e uma ave Maria pelo amor de Deus”¹³ presente na epigrafia tumular. Dessa forma, a representação iconográfica pode ser interpretada como mais uma vida cristã sendo ceifada e deixando profunda saudade. Outros elementos presentes reforçam essa interpretação. São eles os arabescos e a presença de quatro vasos semicobertos por um manto nas extremidades do gradil de ferro (Figura 2).

Os arabescos são empregados no arremate lateral das lajes de mármore epigrafadas existentes em túmulos simples e nos monumentais. Eles formam um verdadeiro entrelaçar de linhas. Os que estão presentes na lápide de D. Ana remetem a flor de lis que associada à simbologia cemiterial significa chama, paixão e ardor. Quanto ao vaso semicoberto pelo manto significa a tristeza que o cobriu. A grade, onde estão fixados os vasos, é a maneira encontrada para resguardar o espaço individual do morto, além de proteger o local da sepultura contra invasores. Segundo Maria Elizia Borges(2002) a grade pode ter intenção eminentemente decorativa.

Figura 2: Arabescos e vaso semicoberto por manto



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015)

D. Anna A. Furtado de Mendonça teve com seu esposo, esse também sepultado nessa necrópole, três (3) filhos: Padre Fabio e Doutor Antônio, identificados pela epigrafia tumular do pai; e Álvaro, que faleceu com dois (2) meses de idade identificado nos livros de óbito. Ter um filho padre e outro doutor certamente evidencia o prestígio da falecida.

¹³ Lápide 416,1879.

Outra lápide com signo escatológico é a do Coronel Francisco José Teixeira do ano de 1889. Sua epigrafia tumular informa a filiação, onde há a preocupação de deixar estabelecida de que se trata de uma filiação legítima, o nome da esposa, o tempo de união do casal e o número de filhos que tiveram, 7 no total, todos eles sobreviventes. Também descreve as virtudes do morto nas diferentes esferas cotidianas “... foi sempre bom filho ótimo esposo incomparável pai sincero irmão amigo dos seus parentes ao mundo soube respeitar é adorar a religião...”¹⁴ e se encerra com a súplica de oração, também determinada, através de um padre nosso e Ave Maria revelando uma preocupação com a vida após a morte.

O Coronel Francisco José Teixeira era neto do ancião Ricardo José Teixeira, filho de Ricardo José Teixeira e D. Henriqueta Lucia da Costa Teixeira. Sua tia, irmã de seu pai, era Maria Teixeira de Souza Mendes que contraiu matrimônio com o Conselheiro Antonio de Sousa Mendes. Teve como irmão o Tenente Coronel Manoel da Costa Teixeira (Lápide 422) e como esposa D. Ursula Maria de Santana Rita Teixeira com a qual foi casado 12 anos. Dos 7 (sete) filhos desse consórcio somente um foi identificado, Ricardo José Teixeira Neto. Este está sepultado juntamente a outras cinco pessoas que carregam os sobrenomes “Teixeira” e “Castelo Branco”.

A lápide do Coronel Francisco José Teixeira distingue-se das demais por estar abrigada em uma construção de alvenaria semelhante a uma casa que a própria epigrafia tumular denomina de jazigo, coberta parcialmente com telhas, que possuem registros do fabricante chamado Olaria Veneza. Na lápide estão presentes dois archotes entrecruzados voltados para baixo.

Figura 3: Archotes entrecruzados



Fonte: Ilustração de Mauro Rodrigues (2015).

¹⁴ Lápide 420,1889.

O archote também é chamado de tocha invertida e permite múltiplas interpretações. Ele “é um dos emblemas da traição, e assim está ligada à crucificação (paixão de Cristo). Atributo de certos mártires como Santa Dorotéia e São Domingos. Uma tocha invertida significa a morte”(CEMITERIOSP,2016)¹⁵. Os archotes também foram encontrados no túmulo de Jacob de Almendra Freitas falecido em 1908, embora a edificação sobre sua sepultura só tenha sido construída, em 1911, a pedido de sua viúva Lina Leonor de Almendra. Jacob era filho legítimo de João Manoel de Freitas e Mariana Delfina da Fonseca Freitas, nasceu em Lisboa em 3 de agosto de 1850.

Sua esposa, Lina Leonor, era uma das 5 filhas do consórcio entre Lina Clara Castello Branco e Jacob Manoel de Almendra. Ela era herdeira de muitas fazendas entre as quais a Fazenda São Domingos, de Campo Maior. Com o casamento ambos se tornaram proprietários do último reduto da casa da torre no Piauí, a Fazenda Abelheiras¹⁶. Foram seus irmãos Jacob Manoel de Almendra Junior, Raimunda Leonor, Antonio de Sampaio e Almendra (gêmeo com Inês Leonor), Inês Leonor. Os homens faleceram solteiros¹⁷. Raimunda Leonor casou-se duas vezes: primeiro com Fernando Aguiar, com quem teve o filho Fernando Antonio de Aguiar Almendra. Quando viúva, contraiu segundas núpcias com José Rodrigues de Sampaio, pai de seu outro filho, Luiz Mariz Sampaio de Almendra. Segundo Josias Clarence Silva (1991) ela faleceu em 13 de agosto de 1889 e encontra-se sepultada no Cemitério São José em Teresina. Inês Leonor casou-se com Raimundo José de Sousa Gaioso e teve com ele dois filhos, Jacob Almendra de Sousa Gaioso e João Henrique Sousa Gaioso Almendra falecendo no parto do seu segundo filho. Lina Leonor tomou para si a responsabilidade de cuidar de seus sobrinhos, tornando-se, portanto, seus filhos adotivos. Quando ela contraiu matrimônio já contava com mais de 40 anos de idade. Por conveniência familiar, casou-se com seu primo, o já citado Jacob de Almendra Freitas. O casal não teve filhos legítimos.

Além do archote, que aparece em duas unidades sem serem entrecruzados, estão presentes ainda no seu túmulo a ampulheta alada e as papoulas.

¹⁵ CEMITÉRIOSP. **Arte cimiterial**. Disponível em <<http://www.cemiteriosp.com.br/arte-cimiterial/>>. Acesso em: 26 /janeiro/ 2016.

¹⁶ No passado, foi uma sesmaria da família Garcia D'Ávila. Ainda se encontra em pleno funcionamento e conserva em seu território marcas da escravidão e da labuta com o gado. Conforme Carvalho (2014, p. 52), ela pertence ao Dr. Anfrísio Lobão e encontra-se dividida em outras tantas fazendas que foram se formando à medida que o patrimônio foi sendo repartido entre novos herdeiros, que nenhum parentesco possui com os herdeiros da Casa da Torre.

¹⁷ Transcrição da lápide, bloco 01 QD-2. Cemitério São José em Teresina (Piauí).

Figura 4: Archote, ampulheta e papoulas



Fonte: Acervo pessoal de Jéssica Gadelha (2015).

A ampulheta é um tipo de relógio primitivo, é o sinal de escoamento do tempo (BORGES, 2002). Na arte funerária ela vem acompanhada de asas ou crânios. Alada simboliza a vida que passa voando, “remete à utilização e fim do tempo de vida terrestre, e seu reinício em outro plano”(CEMITERIOSP,2016). As papoulas por sua vez possuem uma propriedade narcótica e, por essa razão, se faz a associação do sono com a morte.

O archote encerra sua presença no acervo com a sepultura de 1926. Ela pertence à Alice Eulálio Alves, primeira dama da cidade por duas vezes, quando seu esposo Francisco Alves Cavalcante (conhecido como Cel. Chico Alves) assumiu o cargo administrativo maior do município no período de 05-10-1930 a 22-03-1936 e de 03-01-1938 a 18-04-1942(LIMA, 1995). O casal teve 4 filhas, 3 delas mencionadas na lápide¹⁸ que retrata sua memória, são elas: Maria Alice; Idalice e Isolete.

A Alice, saudades de seu esposo e filhas, Maria Alice, Idalice e Isolete. Repouso eterno de Alice Eulalio, Alves, filha do C^{EL} Antônio Maria Eulalio Filho e D. Maria J. N. Eulalio. Nasceu a 26-11-1894; casou-se a 22-7-1922 com Francisco Alves Cavalcante e faleceu a 30-7-1926 (LÁPIDE 433, 1926).

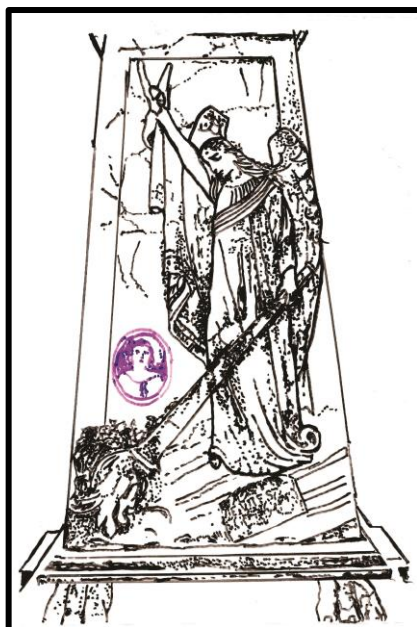
Verifica-se na lápide que o sobrenome de solteira de Alice é encontrado junto ao nome que adquiriu com o casamento, uma vez que o termo “Alves” aparece isolado com vírgulas constituindo-se em apostro. Possivelmente o nome das filhas segue uma hierarquia assumida

¹⁸ Lápide 433, 1926.

na família, ou seja, são citadas da mais velha para a mais nova. A quarta filha foi identificada no livro de registro de óbito, Alyete¹⁹ que nasceu e morreu no mesmo dia. Muito provavelmente foi em decorrência de seu parto, que a mãe, Alice, também veio a falecer 15 dias depois. Dessa família apenas Alice e Alyete foram sepultadas no cemitério Santo Antônio, embora as sepulturas estejam distantes uma da outra. A de Alice localiza-se na parte posterior do lado esquerdo e a de Alyete está na parte frontal no lado direito.

A tocha invertida presente em sua sepultura é segurada por uma figura feminina que possui expressões mais humanas do que angelicais. Em uma das mãos ela segura a tocha e com a outra mão levanta uma cortina. Abaixo da cortina está a fotografia da falecida. Trata-se de um retrato cemiterial, ou seja, um retrato fotográfico realizado em vida e que passa a representar o corpo sepultado, usado como elemento que adorna as sepulturas (SOARES, 2007).

Figura 5: Archote e alegoria da lembrança



Fonte: Ilustração de Mauro Rodrigues (2015).

Outro significado atribuído ao archote é a chama da vida que se apagou. O ato de erguer a cortina pode dar tanto a ideia de passagem para o desconhecido quanto à ação de lembrar. Segundo Daniel Leite (2008, pág.121) “quase sempre a figura humana é representada

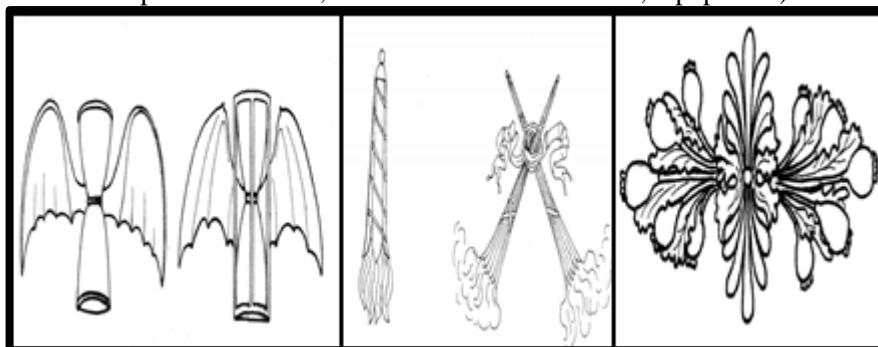
¹⁹ Vale ressaltar que a sepultura de Alyete também foi identificada no espaço mortuário.

por uma mulher abrindo uma cortina, e atrás dessa cortina geralmente se encontram as imagens das pessoas falecidas”.

Observa-se que a estrutura da alegoria está sustentada por patas de leão. Esse animal representa a força, a firmeza, passando a mensagem de que os familiares e amigos devem ser fortes mediante a perda do ente querido. Diz-se também que as patas do felino lembram aqueles que eram responsáveis pelo sustento da família, que agora vai precisar de um novo rei leão. No contexto em que estão inseridas, é bem possível que as patas não se refiram ao sustento econômico e sim no sentido dos cuidados de esposa e mãe.

Tânia Andrade Lima (1994) em seu estudo intitulado “De morcegos e caveira a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX”, no Rio de Janeiro, verificou que as representações escatológicas do acervo carioca foram dominantes entre 1850 a 1888, predominava a presença de caveiras, tíbias cruzadas, ampulhetas aladas, plantas narcóticas entre outras representações macabras e mórbidas.

Figura 6: Algumas representações escatológicas do acervo carioca (da esquerda para direita: ampulhetas aladas; archote ou tocha invertida; e papoulas)



Fonte: Tânia Andrade Lima (1994).

Portanto, a época em que as representações escatológicas aparecem no cemitério Santo Antônio diverge do período identificado por Tânia Andrade para os cemitérios cariocas, embora a maioria das representações encontradas no acervo mortuário do cemitério Santo Antônio seja semelhante a algumas das apresentadas pela autora, ainda que com variação estilística.

Considerações finais

As representações escatológicas não estão em grande número no acervo mortuário do Santo Antônio, aparecem esporadicamente no final do século XIX e primeira metade do

século XX e das poucas que aparecem predominam os archotes direcionados para baixo. Ao todo foram quatro (4) representações escatológicas encontradas, duas (2) em sepulturas de homens e duas (2) em sepulturas de mulheres. Todas elas remontam a famílias detentoras de prestígio político, econômico e social no município: Família Mendonça; Eulálio; Teixeira e Almendra. Confirma a assertiva os títulos presentes na epigrafia tumular, tanto dos homenageados com tais inscrições (caso do Coronel Francisco José Teixeira) ou daqueles que homenageiam (caso dos filhos de D. Anna A. Furtado de Mendonça, o Padre Fabio e Doutor Antônio).

Entre as representações identificadas atribui-se uma peculiaridade a iconografia presente na lápide de D. Anna A. Furtado de Mendonça (Fig.1), pois mescla elementos até então não encontrados em outros estudos cemiteriais. Quanto às duas hipóteses levantadas para o início do funcionamento do cemitério seguem em aberto necessitando de maior aprofundamento documental. O porquê da distância espacial entre as sepulturas de mãe e filha (Alice e Alyete) no acervo também suscita um maior aprofundamento da vida social no período em questão. Enfim, os tempos são outros e a forma como o homem se posiciona diante da morte também mudou. As lápides com suas iconografias e as trajetórias dos indivíduos contidos nos epitáfios gradualmente vão desaparecendo, a primeira em mais intensidade que a segunda, o que faz do cemitério Santo Antônio um testemunho da história (seja do ponto de vista da arte, da história ou da arquitetura) do município e de sua população,

Referências

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Biblioteca universitária, 2000.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

CEMITÉRIOSP. **Arte cemiterial**. Disponível em <<http://www.cemiteriosp.com.br/artecemiterial/>>. Acesso em: 26 /janeiro/ 2016.

CHAVES, Celson Gonçalves. **O cemitério da Irmandade de Santo Antônio**. Campo Maior: Edição do autor, 2013.

- DALMÁZ, Mateus. Símbolos e significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul. In:
- BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. ver. eampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- INSTITUTO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário de Campo Maior-PI**. 2008.
- LEITE, Daniel T. Meirelles. Alegorias nos cemitérios do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia**. 2. ed. ver. eampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.p.121.
- LIMA, Reginaldo Gonçalves de. **Geração Campo Maior**- anotações para uma enciclopédia. Teresina: Gráfica e editora Júnior Ltda, 1995.
- MATOS, Shirlene Marques. **Análise tipológica das lápides do cemitério Nossa Senhora de Lourdes da cidade de São Raimundo Nonato-PI**. Monografia (Bacharelado em Arqueologia). Universidade Federal do Vale do São Francisco. São Raimundo Nonato, 2009.
- NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando o cemitério é um patrimônio cultural**. Dissertação(Mestrado em memória social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997.p.60.
- SILVA, Josias Clarence Carneiro. **Abelheiras**- o último reduto da Casa da Torre no Piauí. Teresina: Gráfica e Editora Junior LTDA, 1991.
- SILVA FILHO, Olavo Pereira. **Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí**. Belo Horizonte: Ed. do autor, 2007.
- SOARES, Miguel Augusto Pinto. **Representações da morte: fotografia e memória**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- SOUSA, Jaqueline Pereira. **Exortando corpos: por uma antropologia dos ritos fúnebres**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) - Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2011.

Recebido em: 15 de dezembro 2017.

Aprovado em: 20 de maio de 2018.